

A EDUCAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO CONTEXTO DO LIBERALISMO E DO NEOLIBERALISMO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE ALGUNS ESCRITOS DE GRAMSCI

Roberta Ravaglio Gagno¹

RESUMO

O presente trabalho concentra-se na educação e a participação política no contexto do liberalismo e do neoliberalismo e sua relação pedagógica vivida na escola: a educação, a cultura e os intelectuais. A referência básica desse artigo são alguns escritos de Antonio Gramsci publicados entre 1916 e 1918 em jornais italianos, além de alguns fragmentos dos Cadernos do Cárcere. Os pressupostos teóricos servem para levantar algumas questões sobre a educação brasileira e a participação das massas. Demonstra a escola como uma instituição que é determinada socialmente, perante uma sociedade que se funda no modo de produção capitalista, dividida em classes e em conflito de interesses. Nesse contexto a escola, enquanto uma instituição que socializa o saber sistematizado, representa um espaço de democratização e de transmissão de valores comuns a todos.

Palavras-chave: Educação. Política. Escola.

INTRODUÇÃO

Esse artigo objetiva refletir a respeito da educação no contexto do início do século XXI e o processo de participação política das comunidades educativas. Parte-se do pressuposto que o processo de reflexão democrática não pode ocorrer de forma mecânica e descompromissada em um contexto onde imperam as relações de poder próprias de uma sociedade capitalista. As ponderações surgiram após a participação e observação em reuniões de Conselho Escolares em escolas de ensino fundamental.

Cabe ressaltar que a educação produz-se no movimento histórico e social no qual o indivíduo está inserido e na sua relação com o ambiente. A partir de nossas leituras de Antônio Gramsci

¹ Docente da Universidade Estadual do Paraná (Paranaguá), Doutoranda da Universidade Tuiuti do Paraná.

(2004a) entendemos que a escola, para os trabalhadores, é uma das instâncias de educação e precisa contribuir para a formação da individualidade desenvolvendo não só as capacidades necessárias para desempenhar uma função no modo produtivo, mas para a participação política em ações eficientes para a vida coletiva.

A educação escolar brasileira, nas últimas décadas, tem apresentado dificuldades em se adequar ao processo de mudanças ocorridas a partir da globalização econômica, que modificou as relações de trabalho, gerando novas exigências de profissionalização; da perspectiva do ensino e aprendizagem, essas mutações reforçaram a fragmentação do saber e a consequente perda da dimensão política nas relações de trabalho, nas quais se inclui a atividade intelectual.

Essa fragmentação responde às necessidades postas pela estrutura econômica e, para explicitar seus desdobramentos na escola, precisamos entender algumas estratégias da política neoliberal, que transfere para a sociedade civil grande parte da responsabilidade com a educação ao aplicar de forma impositiva uma política de descentralização, reformulando as políticas de massas e para as massas. A educação, reduzida a uma condição de mercadoria e de serviço, funda-se no discurso voltado para a qualidade como um bem que é conquistado para competir no mercado e não como um direito a ser distribuído igualmente para todos.

De acordo com BORON (2001), o neoliberalismo reestrutura o capitalismo em quatro dimensões: a tendência à mercantilização, transformando as garantias populares em serviços que podem ser adquiridos no mercado. Outra dimensão destacada por ele é a satanização do Estado em favor do mercado. A terceira dimensão é a criação de um senso comum neoliberal, que transforma todas as agruras em fatores normais da sobrevivência. E, por último, o convencimento de diversos segmentos da sociedade de que não existe alternativa. Desta forma, o "capitalismo democrático" se transforma em "democracia burguesa". (ibidem, p.20-21). Nesse sistema, as relações sociais giram em torno da exploração do trabalho, acirrando a competição entre os trabalhadores que vendem sua força de trabalho para sobreviver.

No sistema capitalista as relações de trabalho, a partir das quais se constroem as relações sociais e políticas, constituem a base para a formação das concepções de mundo e da relação entre

governantes e governados.

GENTILI (1997) acentua como o capitalismo generaliza a tendência a mercantilizar (inclusive) a consciência humana (individual e coletivamente). As relações mercantis são assimiladas nos pensamentos e nas culturas, levando as pessoas a acharem que isso é comum e levando a "produzir consciências". A educação, atualmente, obedece a esses critérios da meritocracia e da competitividade, assim como é referendada apenas nas leis mercadológicas, conforme o dizer de GENTILI (ibidem, p.234-235).

Ainda quando ideologicamente precisa ser apresentado como norma de igualdade (já que, aparentemente, permite a mobilidade social em função de certos atributos que o indivíduo joga e conquista 'livremente' no mercado), o princípio do mérito é fundamental e basicamente uma *norma de desigualdade* (Offe, 1976; Lo Volo, 1993). Com tal consagra a divisão social dualizada, ao mesmo tempo que a transforma em uma meta a ser conquistada.

Nesse sentido, a noção de cidadania se consolida sem a preocupação de apresentar um teor democrático, rejeitando os direitos sociais e políticos e valorizando uma suposta promoção pelo êxito individual e meritocrático. Assim, para Gentili (1997), o neoliberalismo impõe políticas antidemocráticas, desintegrando culturalmente a existência do direito à educação e transformando esta como uma mercadoria para ser negociada e vendida para as classes que podem pagar.

A educação escolar está inserida nessa sociedade meritocrática, competitiva, individualista e mercadológica. Ela faz a mediação entre o conhecimento científico, o senso comum e a prática social. É pelo modo como adquirem esse conhecimento que as classes populares obtêm (ou não) condições de enfrentar a luta pela modificação de sua condição de forma igualitária e potencialmente justa. Nesse sentido, ao conhecerem as relações históricas e o que é produzido a partir delas, pode-se promover a mudança. Para Saviani, "uma teoria é prática na medida em que materializa, através de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação." (SAVIANI,

1996, p.83) Significa, então, que a educação não pode se justificar por si mesma.

É por meio dessa educação que não se justifica por si, mas que é voltada para a formação do povo, que se pretende atingir a igualdade política. A prática educativa apresenta um grande papel para a democratização da sociedade, quando é encarada como "a natureza própria do trabalho pedagógico". (Ibidem, p. 88)

Diante das inúmeras dificuldades, observa-se claramente que a escola não poderá resolver todos os problemas que assolam a humanidade, mas pode auxiliar no processo de desenvolvimento da participação entre os seus estudantes, promovendo uma educação crítica com qualidade política, gerando dirigentes e não governantes. Nesse sentido, Gramsci (2004a) destaca que a escola é uma das ambiências culturais por onde se constroem concepções de mundo, experiências e interações, em conjunto com família, igreja e partido.

De acordo com KUENZER (2001), fica evidente que a democratização da educação só é possível com a efetiva mudança estrutural da sociedade, a partir do momento em que os bens culturais e materiais estiverem disponíveis às pessoas em sua totalidade. Esse objetivo, que parece distante pela dificuldade da organização coletiva dos trabalhadores, é indispensável nas transformações, para formar indivíduos "eticamente desenvolvidos e politicamente comprometidos com a construção da nova sociedade". (Ibidem, p.56)

Da necessidade de superar o sistema capitalista surge a necessidade da prática de uma nova forma de conviver. Trata-se de meios que devem surgir nas sociedades modernas e deles podem nascer dirigentes, se for levado em conta o pensamento gramsciano. Dirigentes modernos que analisam as situações, de forma crítica, que percebem as diferenças e as relações do cotidiano, que são conscientes dos limites e do compromisso político provenientes de sua tarefa. Na sociedade contemporânea o confronto de interesses opostos continua existindo e bloqueia uma vivência a partir de novas concepções de mundo, processo que é acentuado com o desenvolvimento da globalização e o fracasso das experiências socialistas.

Evidencia-se, portanto, a necessidade de refletir sobre os aspectos capitalistas e liberais da sociedade atual. A educação deve corroborar esse processo de reflexão, proporcionando a elaboração

da consciência crítica e coerente com a realidade histórico-social.

A análise das contradições existentes pode e deve inserir, nesta discussão, sujeitos interessados em conhecer e modificar sua condição, que busquem a verdade por meio da práxis, de interações dialéticas entre governantes e governados, com o intuito de construir um "organismo social com dimensões ético-políticas" (SEMERARO, 2005, p.28-29).

Dessa forma, a práxis humana é tida como o espírito criador; é a organização coletiva necessária brotando de um projeto ou de objetivos a serem alcançados. Justifica-se, portanto, a importância de dirigentes para todas as classes.

A escola consegue realizar sua tarefa à medida que consegue cumprir o objetivo mínimo de alfabetizar e, em seguida, gerar as possibilidades tanto de formação para o trabalho quanto de acesso à cultura tradicional a todos os indivíduos de uma sociedade. Uma escola nesses moldes, para os trabalhadores, precisa contribuir para a formação da individualidade desenvolvendo não só as capacidades necessárias para desempenhar uma função no modo produtivo, mas para a participação política em ações eficientes para a vida coletiva; na prática, o que habitualmente ocorre são relações que acentuam as desigualdades escolares e reproduzem as desigualdades sociais.

Para Gramsci o homem é a síntese e a história de suas relações. Toda a formação e, em especial, a escolar, exige método e disciplina, que deve ser desenvolvida de forma dinâmica e ativa. Para Gramsci a escola é uma das instâncias de formação e esta formação está vinculada a um projeto de sociedade. Para que a participação política seja efetivada é necessário o envolvimento de todos os indivíduos por meio de uma renovação da estrutura política e da formação em geral. Uma escola que insira jovens na atividade social, depois de tê-los levado a amadurecer, a criar intelectualmente, a autonomia e a iniciativa, enfim a autonomia intelectual e moral. Para tanto a escola deveria ser reorganizada em novos moldes e padrões.

Exige-se da escola, nesse contexto, uma profunda renovação de métodos e conteúdos, no sentido de torná-la extensão da vida social. Trata-se de lutar por uma escola que responda aos mínimos objetivos sociais renovadores, que discuta problemas concretos, mantendo uma relação viva com a vida social e política e que forneça subsídios para a busca de uma hegemonia no meio das classes que mais precisam. Somente com a discussão desse

problema concreto, quando o professor conhece a realidade de que provém cada aluno e, ao mesmo tempo, conhece o contexto social e político no qual ambos (professor e aluno) estão inseridos é que se pode efetivamente construir uma nova hegemonia, propondo novas formas de articular o aprender, o viver e o trabalhar. Aliado a isso a participação de toda a comunidade educativa é condição essencial para a construção de uma verdadeira democracia no interior das escolas, de forma a desocultar as relações de poder existentes na realidade escolar. Nesse sentido o Conselho Escolar é uma importante instância colegiada de gestão que pode auxiliar na formação desses dirigentes

A escola não está preparada para solucionar alguns problemas que não são de sua alçada, como, por exemplo: pobreza, exclusão, desigualdade social etc, problemas que interferem em seu funcionamento, na produção do conhecimento, no relacionamento entre alunos e professores.

Para SEVERINO,

O saber acaba levando ao questionamento das relações sociais, mediante um processo de conscientização do real significado das relações enquanto relações de poder, revelando inclusive a condição de contraditoriedade que as permeia. Assim, a educação acaba atuando, efetivamente, no sentido da formação política das classes dominadas, como ao nível de sua instrumentação para a práxis política mais adequada. (2005b, p.52)

Portanto, se a educação atua na reprodução das relações econômicas e sociais, pode atuar no caminho inverso, o da superação das relações de dominação. É importante que a educação se desvincule do papel que lhe é atribuído de ser apenas um meio para a progressão social ou com vistas ao lucro. Para SEVERINO (2005b), a educação não é uma alavanca da transformação social, pois está também interligada a aspectos econômicos. Ela pode auxiliar o indivíduo neste processo, aguçando a consciência reflexiva, denunciando criticamente e negando a legitimidade dessas relações, por meio de um discurso contrário à ideologia, enfim, promovendo uma nova concepção de mundo. Esse processo pode se dar em conjunto com a disseminação do saber, com a transmissão dos bens

culturais da humanidade, socializando a informação, gerando uma nova cultura.

Dessa forma, os dirigentes precisam compreender-se como sujeitos. A luta política e novas relações democráticas implicam o acesso de todos ao conhecimento historicamente produzido, pois o pensamento dialético permite enfrentar o domínio político cultural, que, no seu processo de constituição, para ser democrático, exige o protagonismo das massas, para a execução de um projeto revolucionário.

O professor, no contexto escolar, é fator essencial para a promoção de um sujeito histórico, com conhecimentos formais e políticos, de um indivíduo que exerça sua condição política cotidianamente, imprescindível para a democratização da sociedade, e não àquele que a exerce apenas em dias cívicos ou em movimentos esporádicos.

O trabalho do dirigente consiste em contribuir para superar a visão de senso comum sem esquecer os problemas concretos que permeiam sua existência, e estimular o pensamento e a ação para a vivência integral do jovem no contexto da sociedade.

A construção democrática do trabalho escolar deve ser realizada a partir da realidade das crianças e percebida em seu todo, sobretudo na relação com sua comunidade com a diversidade social e cultural, com as diferenças econômicas e políticas, levando-as a superar o senso comum e a desenvolver a consciência crítica, científica e filosófica.

Antes de tudo, para a sustentação de uma estrutura democrática, devem-se formar dirigentes, enquanto homens livres, capazes de argumentar, discernir, de se indignar criticamente, que tenham consciência de seus limites e de suas obrigações.

Aqueles que buscam as relações, que amparam verdades habituais e as razões tácitas, desnudando a diversidade, revelando verdades incontestes, esses são importantes para a vida política. Na sua função, buscam alimentar ou desmistificar o aparelho produtivo e ideológico, superar dificuldades e incoerências que envolvem o trabalho intelectual, por meio do exercício da participação, a fim de construir o sujeito ativo; enfim, lutam pela expansão dos direitos e pela democratização do poder.

De acordo com GENTILI (1997), devem-se excluir alguns princípios vazios de justiça e igualdade, quebrando a "lógica do

senso comum” e redefinir outro por meio da educação. Trata-se de uma atitude a ser desenvolvida como uma prática de libertação, por meio da reflexão livre, de um sujeito autônomo que objetiva a emancipação política, que lhe possibilita decidir sobre seu próprio destino e auxiliar na construção de uma nova sociedade mais justa e democrática.

A escola pública que está inserida neste contexto precisa ser mantida pelo Estado, mas precisa englobar e envolver a sociedade civil, a fim de contribuir para resolver seus problemas. Deve-se ter claro que a participação motivada nas escolas precisa perceber o Estado não como um inimigo a ser confrontado, deixando-se cair nas garras do mercado, reduzindo a sua dimensão de direito público.

○ LIBERALISMO NA EDUCAÇÃO

No contexto das políticas liberais, a educação responde aos interesses econômicos, sociais e políticos dessa realidade. Note-se que, para WARDE (1984), aspectos da formação se apresentam como uma história descontínua em diferentes processos e em diferentes situações sociais; são disseminados por meio do senso comum das massas e afetados pela concepção de mundo dominante. É também por meio desse comportamento que há um esvaziamento da participação política consciente dos cidadãos, bem como de espaços destinados para esse fim.

O liberalismo surgiu na fase de estruturação, consolidação e expansionismo do sistema capitalista, impondo uma visão de mundo e “se identificando a progresso, desenvolvimento, democracia, liberdade, etc.” (Ibidem, p.27). É uma forma de individualizar o homem, separando-o da comunidade e do social, enquanto controlaria os interesses, valorizando o racional, onde o indivíduo é livre para se desenvolver, competir e alcançar patamares superiores de acordo com seus méritos. Ou seja, de gerar acumulação e concentração de renda, que são

[...] a própria forma do próprio modo de produção capitalista gerir as crises que lhes são orgânicas, decorrências em última instância, das formas que as relações capitalistas de produção vão assumindo

dentro do movimento de acumulação, concentração e centralização do capital. (FRIGOTTO, 1989, p. 102)

O liberalismo define as funções e o comportamento do Estado em lugar do funcionamento e das necessidades do capital, isto é, atua por meio de políticas públicas e aparentemente deixa para o mercado o controle e a regulação sobre as atividades econômicas. O Estado acaba funcionando como regulador e fiscalizador das atividades em geral, embora, na forma, se apresente como “vigia noturno”.

Para WARDE (1984, p.39), “A questão de como os homens conhecem as coisas tornou-se mais importante do que a questão de o que eles conhecem.” Esse tipo de pensamento é conceituado por esta autora como um “empiricismo”, que vem para descompromissar o Estado dos direitos individuais. Por meio desse comportamento há uma acentuação da desigualdade social e do acesso ao saber, priorizando o indivíduo em detrimento dos interesses sociais e coletivos. Ou seja, proporcionando uma dicotomização da educação e a meritocracia.

CURY (1992) também destaca o tipo de educação individualista, apresentada pelo liberalismo, que é baseada na liberdade e propõe uma educação voltada ao desenvolvimento das forças individuais, com vistas a promover um desenvolvimento de todos os grupos sociais. A escola, por meio de instrumentos próprios, procura desenvolver o cidadão competente para as funções que são necessárias no ambiente capitalista, ou seja, mão-de-obra especializada, com vistas ao atendimento dos interesses do mercado. Forma seres apolíticos e realiza a manutenção da exploração e da dominação. É vista a necessidade de proporcionar uma educação unitária, que possibilite ao indivíduo desvelar esses aspectos e compreender a realidade da qual faz parte.

De acordo com a concepção de Cury (*ibidem*, p.13), por meio de uma visão dialética propicia-se conceber o homem no mundo histórico e social em que está inserido, ou seja, “... em dois termos da contradição (indivíduo-sociedade)”. Percebe-se a realidade como espaço de luta de classes, onde ocorre a educação que opera com a totalidade, “rejeitando a impositividade da dominação, como o espontaneísmo das classes dominadas.” (*ibidem*). A escola apresenta um cunho mediador, percebendo o homem como um ser histórico que está em permanente construção de si.

Nesse sentido, FRIGOTTO (1989) afirma que a escola não pode ser considerada apenas como reprodutora das relações capitalistas, ou seja, como mera reprodutora de pacotes de conhecimentos necessários ao mercado, produtora de um instrumento que servirá de troca, enquanto "força de trabalho" (1989, p.78). Ou seja, o que muitas vezes ocorre é que esta escola é desqualificada e, na maioria das vezes, considerada como descartável, principalmente aquela destinada às classes subalternas para

[...] a manutenção das relações capitalistas de produção. A desqualificação da escola não pode ser vista apenas como resultante das 'falhas' dos recursos financeiros ou humanos, ou da incompetência, mas como uma decorrência do tipo de mediação que ela efetiva no interior do capitalismo monopolista. (1989, p. 134)

Dessa forma, a escola precisa confrontar-se com as contradições e resolver se mantém ou supera as condições de desqualificação: a manutenção da sociedade de classes e a consequente exclusão dos subalternos ou o questionamento e a formação da consciência política.

Portanto, é necessário que esta educação, ao educar, seja mediadora; considerando a totalidade histórico-social dos fatos que envolvem a sociedade, forneça uma educação com qualidade técnica e política, desvelando os processos que instauram e reafirmam o modo de produção capitalista, as relações de classe, a produção, a reprodução e a transformação da hegemonia vinculada a ela, visto que "os homens não são meros produtos sociais, mas também agentes históricos." (CURY, 1992, p.53). Ao contrário, "à classe trabalhadora interessa uma escola que lhes dê acesso ao saber historicamente produzido, organizado e acumulado". (FRIGOTTO, 1989, p.27-28). Com esse acesso há a possibilidade de fornecer instrumentos a essas classes, "na busca de superação das relações sociais vigentes". (ibidem, p. 28). A partir da apropriação do conhecimento, o trabalhador adquire um poder de resistência ao capital. É essencial que a escola questione para que serve essa educação conduzida por ela, e para atender aos interesses de quem.

De acordo com CURY (1992), há duas dimensões que devem ser evidenciadas na metodologia a fim de desvelar o discurso dominante

e explicitar o real: a primeira está relacionada com o expressar e compreender as condições sociais que caracterizam a sociedade e as relações históricas que a envolvem; a segunda é abordá-las de forma didática.

Portanto, com a concepção de CURY (1992, p.15) "As categorias da contradição, totalidade, mediação, reprodução e hegemonia são mutuamente implicadas de tal forma que a exposição e explicação de uma já é e exige a explicação e exposição das outras."

O discurso liberal pretende demonstrar que a sociedade e a educação são formadas por uma representação homogênea, ocultando a divisão de classes e passando como único projeto de vida àquele referendado pela classe dominante. Isso ocorre a partir do momento em que a teoria e a prática são tratadas como independentes, soltas, fragmentadas, e a democracia no âmbito escolar é evitada. Ou seja, busca-se separar o saber instrumento, do "fazer real dos sujeitos" (ibidem, p. 72), além de limitar o acesso ao saber.

Neste contexto, o Estado apresenta-se como uma "estrutura reguladora do sistema capitalista, serve aos desígnios das classes sociais que dele se apossam e através dele exercem a hegemonia legitimadora da dominação". (Ibidem, p. 55). Ou seja, procura-se o equilíbrio político relativo, atendendo interesses das classes dominantes com o "consentimento", a passividade política, que permitem o controle das classes dominadas. Esse "consentimento" ocorre quando a cultura das classes dominantes é repassada para as classes dominadas como a única forma de vida existente e possível, como um ideal a ser atingido a qualquer custo.

Em casos como esse, GENTILI (1997) afirma que, "embora a democracia seja sempre uma conquista política das majorias, as condições em que as democracias concretas tendem a se estabelecer podem refletir situações estruturais de profunda derrota social." A população mais carente sofre com as consequências da ideologia reproduzida como a única existente, aceitável e verdadeira. Essa expressão é desenvolvida com a utilização de um discurso voltado para a liberdade (ilusória)², para a construção da

2 "Trata-se de uma ilusória liberdade, na medida em que as relações de força e de poder entre capital e trabalho são estruturalmente desiguais. É sob esta ilusão e violência que a ideologia burguesa opera eficazmente na reprodução de seus interesses de classe." (FRIGOTTO, 1995, p. 64)

cidadania e da igualdade legal de direitos, com vistas a atender aos apelos mercadológicos.

De acordo com as pesquisas de GENTILI (1997), a educação passou por fases que demonstram esse processo: análise dos processos teóricos, democratização da educação e do conhecimento, democratização com qualidade³, qualidade com eficiência e produtividade, eficiência e produtividade em um quadro de "concertación"⁴.

No entanto, a educação pode desocultar essa desigualdade inserindo aprendizagem consciente e crítica. É importante, segundo CURY (1992), que a escola não só reflita a realidade, mas reflita sobre ela. Em vez de propagar a educação pela reprodução, pode transformá-la, partindo do conhecimento prático e do senso comum, com vistas a alcançar um conhecimento mais elaborado.

Por isso, para CURY,

O saber enquanto elaboração, incorporação e transmissão de conhecimentos, valores, idéias e crenças, nasce do fazer e para ele se volta. O saber, então, torna-se mediação entre duas ações, pois uma ação (fazer) supõe a posse de um saber anterior que conduz a ação. O estatuto do saber, contudo, variará de acordo com a problemática fundamental de uma sociedade. (Idem)

3 Deve-se destacar, no entanto, que a qualidade é necessária, embora tenha certo custo e duplo sentido. Por exemplo: "Na terminologia do moderno mercado mundial, "qualidade" quer dizer "excelência", e "excelência", "privilégio", nunca "direito"... Em suma: os que falam sobre "qualidade do mercado" referem-se sempre à qualidade dos "incluídos" ou "integrados", mas nunca à dos "excluídos" ou "marginais". São essas as consequências políticas do discurso da qualidade como nova retórica conservadora no campo educacional." (GENTILI, 1997, p.174) Esse é o discurso da eficiência e da ineficiência no mercado, tornando-o competitivo ou não, ou seja, avalia o produto e não o processo. O segundo sentido apresentado por GENTILI (1997, p.176) é que "Um novo discurso da qualidade deve inserir-se na democratização radical do direito à educação. Isto supõe que, em uma sociedade plenamente democrática, não pode existir contradição entre o acesso à escola e o tipo de serviço por ela proporcionado. Assim como não há democratização sem igualdade no acesso, tampouco haverá sem igualdade na qualidade recebida por todos os cidadãos e sem a abolição definitiva de qualquer tipo de diferenciação e a segmentação social. Claro que isso não supõe "baixar o nível de todos". Supõe, pelo contrário, "elevá-lo", transformando a qualidade em um direito e não em uma mercadoria vendida ao que der a melhor oferta. A escola pública é o espaço onde se exercita este direito, não o mercado." Em suma, a qualidade deve ser oferecida a todas as pessoas, sem distinção, e da mesma forma.

4 Esse termo adotado por Gentili significa um acordo entre Estado, igreja, sindicatos, elites políticas, empresários, militares – com vistas à competitividade no mercado mundial.

Ao partir do fazer vinculado ao humano, ele se sentirá valorizado e terá bases concretas que vão impulsioná-lo para um novo conhecimento, mais complexo e com relações aprofundadas em uma realidade histórico-social. O saber segue uma finalidade relacionada ao grupo em que esse indivíduo está inserido e é carregado de intenções. Estas direcionam o conhecimento para favorecer este ou aquele grupo, normalmente seguindo os desígnios da hegemonia das classes dominantes. Inserir essas discussões no contexto histórico permite ao professor mostrar esses limites.

Dessa forma, para Cury (1992) a intencionalidade que dimensiona o ensino apresenta-se como contraditória, pois as relações sociais no capitalismo são contraditórias, e o saber nasce de diferentes fazeres. Já a educação entra em “contradição com a sociedade capitalista” (ibidem, p. 71), quando se torna um instrumento de “disseminação de um saber mais abrangente” (ibidem, p.71). Analogamente, FRIGOTTO (1989, p.33) considera que “... a prática educativa é concebida como uma prática social contraditória que se define no interior das relações sociais de produção da existência, que se estabelecem entre as classes sociais, numa determinada formação social”.

Quando o saber é incorporado à prática das classes menos favorecidas, ele se torna instrumento de resistência e luta contra esses desígnios da hegemonia das classes dominantes. FRIGOTTO (ibidem, p. 33) ainda acrescenta que a escola na “sua especificidade política consiste, exatamente, na articulação do saber produzido, elaborado, sistematizado e historicamente acumulado, com os interesses de classe”.

A escola aparece, nesse sentido, como agente de formação dos dirigentes, ou seja:

A escola é o instrumento para elaborar os dirigentes de diversos níveis. A complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade das escolas especializadas e pela sua hierarquização: quanto mais extensa for a área escolar... tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização... (GRAMSCI, 1968, p.9)

Nessa perspectiva, a escola integra-se a um conjunto de outras instituições que desempenham, para as classes trabalhadoras, a

função de elaborar uma nova cultura, como os partidos políticos, as associações de cultura, a religião, o trabalho, os jornais e também a escola por correspondência, por ele inventada na época em que esteve no exílio. Dessa forma, a construção do conhecimento não ocorre apenas na escola, mas recebe inúmeras contribuições: do partido, da igreja, dos movimentos etc. São as ambiências de formação que propiciam experiências, visões de mundo e práticas que resultam em interações, posições e relacionamentos.

Gramsci percebia o quanto os operários e os camponeses eram críticos e produtores de conhecimento, e não mais passivos receptores da cultura e, por isso, defendia que todos têm capacidade para pensar e agir, acumular experiências e elaborar conhecimentos. Desta forma, a atividade intelectual pertence à coletividade.

No sentido gramsciano não se pode separar o *homo faber do homo sapiens*, pois não existe nenhum tipo de atividade humana que se possa eliminar qualquer intervenção intelectual. Desta forma, a cultura não representa mais uma produção de intelectuais para ser distribuída aos setores populares, mas uma necessidade de ampliar e aprofundar a intelectualidade. Mostra a importância de valorizar o conhecimento dos homens, sinalizando para um potencial de igualdade perante o conhecimento, desconsidera, portanto, a desigualdade de condições e as diferenças entre as classes sociais.

Dessa perspectiva, a educação não ficaria limitada aos bancos escolares e sim deveria se expandir para toda a sociedade, sem distinção. É essencial a formação de um ser político com a capacidade de transformar e dirigir outros homens conscientemente, realizando sua natureza humana. Para GRAMSCI (2004a), a construção dessa força permanente e organizada é um elemento decisivo na conquista da hegemonia. Essa tarefa deve ser realizada de modo contínuo, persistente, sistemático e paciente, de forma a torná-la homogênea e consciente de si.

Para que possa atuar na sociedade na qual está inserido, o indivíduo deve ter esse entendimento impregnado nas suas ações como forma de desvelar mecanismos de poder que envolvem a sociedade. Para tanto, precisa desenvolver uma consciência social, compreendendo-a enquanto conquista coletiva, teórica, histórica e, a partir dessa consciência, ter clara a concepção e o grau de participação do indivíduo nesse coletivo; isso só se torna possível por meio da política e da educação. GRAMSCI (2004b, v.2, p.143)

acentua a importância de toda e qualquer espécie de formação, quando diz:

Queremos que todos disponham, de igual modo, dos meios necessários para educar a própria inteligência, para dar a toda a coletividade os maiores frutos possíveis do saber, da pesquisa científica, da fantasia que cria a beleza na poesia, na escultura, em todas as artes.,.

É importante que todas as pessoas, independentemente da classe na qual estão inseridas, possam ter o mesmo tipo de acesso e qualidade na educação que recebem. O acesso igualitário à formação política e cultural fortalece as classes populares, que angariam condições na luta pela conquista de seus direitos e interesses. Com isso, este grupo compreende os mecanismos utilizados pelas classes dominantes como forma de manter seu domínio. O controle ou o conhecimento dos elementos culturais, ou seja, o domínio desses elementos é essencial para garantir a hegemonia de classe na sociedade capitalista. Toda luta política dos trabalhadores implica romper com esse domínio e criar as condições de participação política das massas.

Evidencia-se em Gramsci a função da educação para as classes subalternas: formar dirigentes e organizar sua cultura, retirando-os do senso comum e inserindo-os em uma visão de mundo dialética, filosófica, social, científica e histórica, para formar uma nova civilização, ou seja, proporcionar uma "reforma intelectual e moral", relacionando teoria e prática. Um sonho que precisa alimentar as lutas sociais e no qual a educação escolar tem uma tarefa importante.

ABSTRACT

This work focuses on the education and politic participation in the context of liberalism and neoliberalism and its pedagogical relationship experienced in school: education, culture and intellectuals. The basic references for this article are writings by Antonio Gramsci published between 1916 and 1918 in Italian newspapers, in addition to some fragments of the *Quaderni dal Carcere* (Prison Notebooks). The theoretical assumptions raise some questions about Brazilian education and mass participation. It presents the school as an institution that is socially determined before a society that is

based on the capitalist mode of production, class-divided and in conflict of interest. In this context the school, as an institution that socializes the systematized knowledge, represents a democratization space and the transmission of values that are common to all.

Keywords: Education. Politics. School.

RESUMEN

El presente trabajo está enfocado en la comprensión de la participación en la educación, en el contexto del liberalismo y del neoliberalismo y su relación pedagógica vivida en la escuela: la educación, la cultura y los intelectuales. La referencia básica de este artículo son algunos escritos de Antonio Gramsci publicados entre 1916 y 1918 en periódicos italianos, además de algunos fragmentos de los "Cuadernos de la Cárcel". Las suposiciones teóricas sirven para levantar algunos cuestionamientos sobre la educación brasileña y la participación de las masas. Muestra a la escuela como una institución que está determinada socialmente, ante una sociedad que se funda en el modo de producción capitalista, dividida en clases y en conflicto de intereses. En ese contexto, la escuela como institución que socializa el saber sistematizado, representa un espacio de democratización y de transmisión de valores comunes a todos.

Palabras Clave: Educación. Política. Escuela.

REFERÊNCIAS

BORON, A. Os novos Leviatãs e a polis democrática. IN: GENTILI, P. SADER, E. *Pós-Neoliberalismo II*. Que Estado para quê democracia? 3ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

CURY, C. R. J. *Educação e Contradição*. São Paulo: Cortez, 1992.

FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva*. 3ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.

_____. *Educação e a crise do capitalismo real*. 5ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GENTILI, P. *Pedagogia da Exclusão – Crítica ao neoliberalismo em educação*. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Volumes 1, 2, 3, 4, 5, 6. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

A educação e a participação... - Roberta Ravaglio Gagno

_____. *Os Dirigentes e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Escritos Políticos*. V.1 e 2. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

KUENZER, A. Z. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a Gestão. In: Ferreira, N.C. *Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios*. 3ª ed, São Paulo: Cortez, 2001.

SAVIANI, D. *Escola e Democracia: polêmicas do nosso tempo*. 30ª ed. Campinas: Autores Associados, 1996.

SEMERARO, G., et.al. *Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SEVERINO, A. *Políticas Educacionais – O Ensino Nacional em Questão*. Campinas: Papirus, 2005.

_____. *Educação, Ideologia e Contra-Ideologia*. 5ª ed. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária, 2005.

WARDE, M.J. *Educação e Estrutura Social*. São Paulo: Moraes, 3 ed. 1984.

WEFFORT, F. *Qual Democracia?* 2ªed. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

Aprovado em outubro de 2014

Publicado em março de 2015